

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

MARCELE MARIA DE OLIVEIRA

OCUPAÇÃO PARQUINHO VERDE: a cultura como aliada no enfrentamento as  
consequências das mudanças climáticas nas periferias

NITERÓI

2023

MARCELE MARIA DE OLIVEIRA

OCUPAÇÃO PARQUINHO VERDE: a cultura como aliada no enfrentamento as  
consequências das mudanças climáticas nas periferias

Monografia apresentada ao Curso de  
Graduação em Produção Cultural da  
Universidade Federal Fluminense, como  
requisito parcial para obtenção do Grau de  
Bacharel em Produção Cultural.

Orientador: Prof. Dr. João Domingues

Niterói

2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

048o Oliveira, Marcele Maria  
Ocupação Parquinho Verde : a cultura como aliada no  
enfrentamento as consequências das mudanças climáticas nas  
periferias / Marcele Maria Oliveira. - 2023.  
57 f.

Orientador: João Domingues.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade  
Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social,  
Niterói, 2023.

1. Racismo Ambiental. 2. Produção Cultural. 3. Ocupação  
do Território. 4. Zona Oeste (Rio de Janeiro, RJ). 5.  
Produção intelectual. I. Domingues, João, orientador. II.  
Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e  
Comunicação Social. III. Título.

CDD - XXX



COORDENAÇÃO DE  
PRODUÇÃO CULTURAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PRODUÇÃO  
CULTURAL

## ATA DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO E DEFESA DE TRABALHO FINAL II

Ao vigésimo sétimo dia do mês de novembro do ano de 2023, às quatorze horas, realizou-se de forma remota (online), em conformidade com resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Fluminense - CEPEX/UFF nº 637/2022 e 1.59/2022 - a sessão pública de arguição e defesa do Trabalho Final II intitulado **Ocupação Parquinho Verde: a cultura como aliada no enfrentamento as consequências das mudanças climáticas nas periferias**, apresentado por **Marcele Maria de Oliveira**, matrícula **217033091**, sob orientação do(a) **Dr. João Domingues**. A banca examinadora foi constituída pelos seguintes membros:

1º Membro (Orientador(a)/Presidente): **Dr. João Domingues**

2º Membro: **Me. Marina Marçal do Nascimento**

3º Membro: **Me. Taina de Paula**

Após a apresentação do(a) candidato(a), a banca examinadora passou à arguição pública. O(a) discente foi considerado(a):

Aprovado

Reprovado

Com nota final após arguição:

**10,0 (Dez)**

E para constar do respectivo processo, a coordenação de curso elaborou a presente ata que vai assinada pelo presidente da banca:

Joao Luiz Pereira Domingues  
joaodomingues@id.uff.br:08  
800893775

Assinado de forma digital por Joao Luiz  
Pereira Domingues  
joaodomingues@id.uff.br:08800893775  
Dados: 2023.11.27 15:55:07 -03'00'

Presidente da Banca

MARCELE MARIA DE OLIVEIRA

A OCUPAÇÃO PARQUINHO VERDE, EM REALENGO, E COMO A CULTURA  
PODE SER ALIADA NO ENFRENTAMENTO ÀS CONSEQUÊNCIAS DAS  
MUDANÇAS CLIMÁTICAS NAS PERIFERIAS

Monografia apresentada ao Curso de  
Graduação em Produção Cultural da  
Universidade Federal Fluminense, como  
requisito parcial para obtenção do Grau de  
Bacharel.

Aprovada em novembro/2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. João Domingues – Orientador  
Universidade Federal Fluminense

---

Me. Marina Marçal do Nascimento  
Universidade Federal Fluminense  
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ

---

Me. Tainá de Paula  
Secretaria do Meio Ambiente e Clima do Rio de Janeiro

Niterói  
2023

A todos os territórios periféricos, comunidades originárias e ativistas espalhados por esse Brasil, que utilizam a cultura como ferramenta de transformação. À nossa memória viva em *sankofa*.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao processo. Nada simples, mas sempre constante. Com família, amigos, organizações, sonhos e desejo de um futuro justo e possível para nós. Viver em coletivo me levou adiante. Tudo nosso!

## RESUMO

Através de reflexões impulsionadas pela luta do Movimento 100% Parque de Realengo Verde, atuante no bairro de Realengo, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, foi iniciado o processo de construção de uma agenda comum coletiva com propostas de políticas públicas. Intitulada Agenda Realengo 2030, o projeto aponta a relação possível entre práticas culturais e conscientização ambiental, demonstrando uma metodologia que propõe, através de uma “virada cultural” (Hall, 1997), o fortalecimento do debate acerca dos impactos das mudanças climáticas nas periferias, que são as principais áreas afetadas pelas mudanças do clima e pelo racismo ambiental. A proposta é utilizar a cultura como forma de mobilização, a exemplo da Ocupação Parquinho Verde, cuja experiência será relatada neste trabalho.

**Palavras-chave:** Mudança climática. Periferias. Racismo Ambiental. Práticas culturais.

## ABSTRACT

Through reflections driven by the struggle of the 100% Green Realengo Park Movement, active in the neighborhood of Realengo, in the west zone of the city of Rio de Janeiro, the process of building a common collective agenda with public policy proposals began. Entitled Agenda Realengo 2030, the project points out the possible relationship between cultural practices and environmental awareness, demonstrating a methodology that proposes, through a "cultural turn" (Hall, 1997), to strengthen the debate about the impacts of climate change on the peripheries, which are the main areas affected by climate change and environmental racism. The proposal is to use culture as a form of mobilization, like the Parquinho Verde Occupation, whose experience will be reported in this paper.

**Keywords:** Climate change. Peripheries. Environmental Racism. Cultural practices.

## SUMÁRIO

	<u>INTRODUÇÃO</u> .....	11
1	<u>UM MAR DE GENTE NO CONCRETO</u> .....	17
2	<u>O ENCANTAMENTO MORA A(QU)I DENTRO</u> .....	30
3	<u>TUDO QUE NÓS TEM É NÓS</u> .....	42
	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u> .....	51
	<u>REFERÊNCIAS</u> .....	53

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Realengo visto por satélite.....	18
Figura 2 –	Uso do solo.....	19
Figura 3 –	Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.....	24
Figura 4 –	Rio de Janeiro conquista Parque 100% Realengo Verde.....	27
Figura 5 –	Mapeamento Agendas Locais em 09/10/2022.....	28
Figura 6 –	Linha do tempo da Luta Pelo Parque Realengo Verde.....	29
Figura 7 –	Antes e depois da ocupação Parquinho Verde, em 2019.....	34
Figura 8 –	Processos de melhorias da Ocupação Parquinho Verde, 2021.....	35
Figura 9 –	Recebimento de cestas básicas e materiais de limpeza na sede do Grupo Cultural Lata Doida.....	36
Figura 10 –	Parquinho Verde.....	37
Figura 11 –	Mapa de calor da RA Realengo.....	39
Figura 12 –	Desmatamento na área da antiga Fábrica de Cartuchos de Realengo.....	40
Figura 13 –	Mapa de espaços, ações e iniciativas na RA Realengo.....	43
Figura 14 –	Sagrada Terça-feira Rap no Espaço Cultural Viaduto de Realengo, 2015.....	44
Figura 15 –	Sarau Maria Realenga, Restaurante Bom Petisco, 2015.....	45
Figura 16 –	Sarau do Calango 55 (Primavera nos Dentes), Banda Larva Serrote, 2023.....	45

## INTRODUÇÃO

*Sankofa* é um símbolo Adinkra<sup>1</sup> traduzido como "volte e pegue". Niangoran-Bouah (*apud* Karenga, 2009, p. 350) diz que *sankofa* é mais próximo de "volte, procure e tome ou recupere", em um simbolismo de busca por conhecimento, retornando à fonte inicial geradora do saber e retomando esse poder. Em ambas as leituras, *sankofa* aponta que só é possível entender para onde vamos se soubermos de onde viemos. Na cultura africana ancestral, esse símbolo foi utilizado para representar a ideia de que é preciso olhar para trás, compreender a história e aprender com ela para poder seguir em frente com mais sabedoria. Falar de um território e da forma como ele se constrói, para refletir sobre os desafios contemporâneos que enfrenta e as possíveis estratégias a serem aplicadas, é uma forma de elaborar *sankofa*, e é essa nossa intenção na presente pesquisa.

A pauta que transversaliza este trabalho são as mudanças climáticas, uma emergência global que é reflexo das alterações humanas no meio ambiente. As emissões de gases de efeito estufa e a queima de combustíveis fósseis estão aumentando a temperatura do planeta radicalmente, de forma que "precisamos reduzir as emissões globais pela metade até 2030 [48%] e até 99% até 2050" (Peixoto, 2023). Esses cálculos são do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU de 2023 para garantir que o planeta não superaqueça em +1,5°C, o que seria crítico para nossa existência enquanto humanidade.

Essas mudanças também são impulsionadas por atividades que envolvem expansão da monocultura e de atividades pecuárias, urbanização desenfreada e

---

<sup>1</sup> O Adinkra, dos povos acã da África ocidental, é um conjunto de símbolos que representam ideias expressas em provérbios.

desrespeito à natureza nativa com índices altíssimos de desmatamento e utilização de bens finitos, a ponto de provocar grandes secas e insegurança alimentar por contaminação do solo. Todos esses fatores, somados a uma lógica de desconexão com a natureza que resulta em hábitos de destruição e não de preservação, impulsionam as mudanças a um grau de emergência climática em que a última geração que tem o privilégio de conhecer biomas, como a Amazônia, pode ser a nossa.

Malcom Ferdinand (2022), em *Uma ecologia decolonial*, nos relembra, através do resgate de mensagens transmitidas pela Companhia de São Cristóvão, que explorava as ilhas caribenhas, sobre o contexto do surgimento dessa experiência de desconexão que ele chama como habitar colonial. É um habitar que nos foi imposto e que carrega uma característica genocida, já que, mesmo sabendo da existência de outras possibilidades ancestrais para interação com o outro e com a Terra, impõe seu próprio modelo de existir, incentivado pela apropriação de terras e expansão geográfica como objetivo final. É a exploração da natureza para fins comerciais, sem criar vínculo com os lugares e explorando até a última árvore, rio, bicho e pessoa que passar pela frente, independentemente de sua história e contexto. Um processo colonial, executado pelos colonizadores, que reverbera para sempre em nossa estrutura social.

As consequências desse olhar exploratório para as formas de habitar o meio ambiente estão sendo sentidas de forma latente em todas as partes do mundo, gerando debates contínuos pela urgência de soluções práticas. Isso nos leva ao nosso segundo ponto narrativo pós *sankofa*, que será o primeiro sobre o qual vamos nos debruçar: as especificidades do território Realengo, a forma como localmente a pauta mudanças climáticas foi tratada naquela região entre 2019 e 2022 e qual foi a estratégia utilizada perante um registro concreto de racismo ambiental com a não concretização do Parque Realengo Verde. A partir disso, traremos os processos da mobilização de uma ocupação artístico-cultural denominada Parquinho Verde e, por fim, a construção da Agenda Realengo 2030 com propostas de políticas públicas para o território.

Na década de 1980, Dr. Benjamin Chavis descreveu o racismo ambiental como a discriminação racial na elaboração de políticas ambientais. Isso inclui a aplicação de regulamentos e leis, o direcionamento deliberado de comunidades

racializadas para instalações de resíduos tóxicos, a sanção oficial da presença de venenos e poluentes que representam uma ameaça à vida nessas comunidades e a histórica exclusão de pessoas racializadas dos espaços de liderança nos movimentos ecológicos (Sanches; Belmont, 2023). Em outras palavras:

É a exposição desigual de algumas populações aos impactos e riscos socioambientais tendo como justificativa a localização geográfica, as características sociopolíticas, econômicas e ambientais de determinadas regiões e também pelo racismo estrutural que identifica os locais onde populações vulnerabilizadas vivem como potenciais zonas de sacrifício, onde ali permitem-se atividades de alto impacto socioambiental, a ocorrência de poluição, de contaminação, de recebimento de externalidades de processos sistêmicos como áreas irregulares de descarte de resíduos, deságue de efluentes etc. (Casa Fluminense, 2023a, p. 8).

Foi na metade do curso na faculdade de Produção Cultural, na Universidade Federal Fluminense, literalmente o outro lado da cidade do Rio de Janeiro em relação à Realengo, que percebi que o atravessamento das ideias em torno da ocupação do espaço público, da vontade de repensar identidade e da proposta de discutir o território, eram não só provocações permeadas pela inquietude da distância e da exclusão, mas também pelo racismo ambiental e negligência sanitária em torno de tópicos básicos como transporte, lazer e saúde. Meu território foi e ainda é marcado pela falta; meu ativismo pontua a falta de opções verdes e ecológicas, considerando que falamos de uma periferia que possui uma proximidade de parques e reservas legalmente protegidos.

O geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2000, p. 84) descreve que “território surge [...] como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado, por um grupo social”. Na sequência, aborda que o território, enquanto lugar, é parte integrante das pessoas que o habitam, influenciando e sendo influenciada por elas, compondo de forma integrada as suas relações de poder e de existência. Ele ressalta que:

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem) (Souza, 2000, p. 84).

Sendo assim, que identidade criamos quando habitamos de forma colonial um território? Para o também geógrafo Milton Santos (2006, p. 218), a construção do conceito de território passa pelas reflexões sobre o lugar, aquele “cotidiano compartilhado

entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições”. Antes mesmo de me aprofundar nesses conceitos, escrevi um artigo onde esbocei alguns questionamentos, tais como:

[...] e se a gente pensar habitação por uma perspectiva mais subjetiva, tentando entender o que contempla o habitar para além do morar? O que pode significar habitar, por exemplo, um bairro em específico? Bairro - aquele espaço-tempo território que abriga a história de gerações inteiras e torna comum uma mesma narrativa para milhares de pessoas. Bairro é o legado que a memória demarca em um território, é uma lente para entender aquele lugar. Cada esquina, poste ou árvore é um objeto de uma coleção com significados únicos para cada um que vivencia aquele espaço. Habitar um bairro é torná-lo coletivo, assegurando seu pleno uso para o exercício do direito à cidade (Oliveira, 2022, p. 22).

Fato é que a cooperação e o conflito que essas coexistências geram, atravessam e ditam as dinâmicas sociais e políticas pelas quais as cidades se estabelecem. Santos (2006) apresenta as ideias de ordem global e local como um sistema que se serve de uma população que cria e compreende objetos que constituem esse sistema, estando a ordem local intrinsecamente associada ao território e as interações que se realizam através dele. Ou seja, estamos todos habitando colonialmente, enquanto alguns de nós resistem para mostrar que esse caminho pode nos destituir de tudo, inclusive do nosso entendimento sobre nós mesmos.

Território é provocado nesse trabalho como plataforma de reconstrução da memória e da identidade coletiva de um grupo, possibilitando diálogos sobre a garantia de um futuro possível. Nessa perspectiva, somos levados ao nosso último ponto que é o objeto de proposição deste trabalho: a importância de uma virada ambiental através da cultura.

Tratamos esta questão a partir da percepção de que os indivíduos são obrigados a conviver nessa pós-modernidade com aquilo que Hall (2006, p. 20) nomeia como “jogo de identidades”. Ele aponta que cada indivíduo, uma hora ou outra, acabará tendo posicionamentos alinhados com a identidade que mais se identifica, sendo essa identificação previamente projetada, já que essa identidade provavelmente lhe foi apresentada como adequada, surgindo, portanto, a identificação ou até mesmo a resignação.

Hall (*apud* Pina, 2015, p. 214) aponta que: “a) as identidades são contraditórias; b) as contradições atuam tanto dentro como fora da cabeça de cada indivíduo; c) nenhuma identidade é singular; d) a identificação não é automática,

porém pode ser ganhada ou perdida”. Ou seja, identidade é uma questão de pertencimento, que é produzido ou apagado através da construção de narrativas de cada contexto.

Ao tratar a cultura como produção discursiva e processo construtor de identidade, o pesquisador trouxe a “virada cultural” (Hall, 1997). Esse conceito analisou o quanto nossos consensos, enquanto sociedade, possuem também poder sobre nosso modo de vida, atravessando a globalização da segunda metade do século XX e ditando, inclusive, os caminhos da expansão dos estudos culturais – e da vida – através da linguagem.

A "virada cultural" está intimamente ligada a esta nova atitude em relação à linguagem, pois a cultura não é nada mais do que a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas aos quais a língua recorre a fim de dar significado às coisas. O próprio termo "discurso" refere-se a uma série de afirmações, em qualquer domínio, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento. O termo refere-se tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento. Dizer, portanto, que uma pedra é apenas uma pedra num determinado esquema discursivo ou classificatório não é negar que a mesma tenha existência material, mas é dizer que seu significado é resultante não de sua essência natural, mas de seu caráter discursivo. A "virada cultural" amplia esta compreensão acerca da linguagem para a vida social como um todo (Hall, 1997, p. 29).

Essa virada cultural é trazida dentro do viés de uma nova centralidade epistêmica, em que novos campos de produção de conhecimento vão se ater ao conceito de cultura como parte integrante da construção social. Essa mudança em relação ao papel fundamental da linguagem na construção da realidade social – na construção e na circulação de sentidos e significados – posiciona a cultura como condição constitutiva fundamental da sociedade e reforça o seu peso explicativo e transformador. A virada não é uma ruptura, é uma reconfiguração, onde vamos entender a cultura como parte integrante da construção de qualquer tipo de discurso que utiliza a linguagem para nomear as disputas por poder e as construções de identidade e refletir como utilizar isso ao nosso favor.

Sendo assim, a virada cultural é uma virada narrativa e a concepção sobre virada cultural abre possibilidades para pensar uma virada ambiental. Para salvaguardar nossa memória, proteger nossos territórios e remediar os impactos das mudanças climáticas, é necessária uma virada cultural na forma como entendemos nossa relação interpessoal com o meio ambiente, abandonando o habitar colonial e

nos comprometendo com uma verdadeira justiça. A justiça climática é um desdobramento da justiça ambiental, que evidencia especificamente os impactos desproporcionais das mudanças climáticas sobre determinados grupos sociais, como abordado no livro *Quem precisa de justiça climática no Brasil?* (Louback; Lima, 2022). Justiça, para a gente, é objetivo.

Para exemplificar essa tese, trago minha trajetória pessoal na construção da Agenda Realengo 2030 e as ações que esta exerce no território, atualmente, a partir da experiência coletiva de ocupação socioambiental denominada Ocupação Parquinho Verde. Ambos os projetos são braços latentes de uma luta ainda mais antiga, chamada Movimento pelo Parque de Realengo 100% Verde – um encontro entre arte, cultura e clima na zona oeste do Rio de Janeiro, que virou exemplo para outras lutas por todo o Brasil.

Nos capítulos, trabalhamos os dados e o contexto histórico de Realengo, a mobilização em torno da conquista de um parque urbano e a mobilização em torno dele, que resulta em um encontro entre a pauta climática e a pauta cultural em prol de um objetivo comum: um olhar que seja *sankofa*.

Vamos então a nossa história.

## 1 UM MAR DE GENTE NO CONCRETO

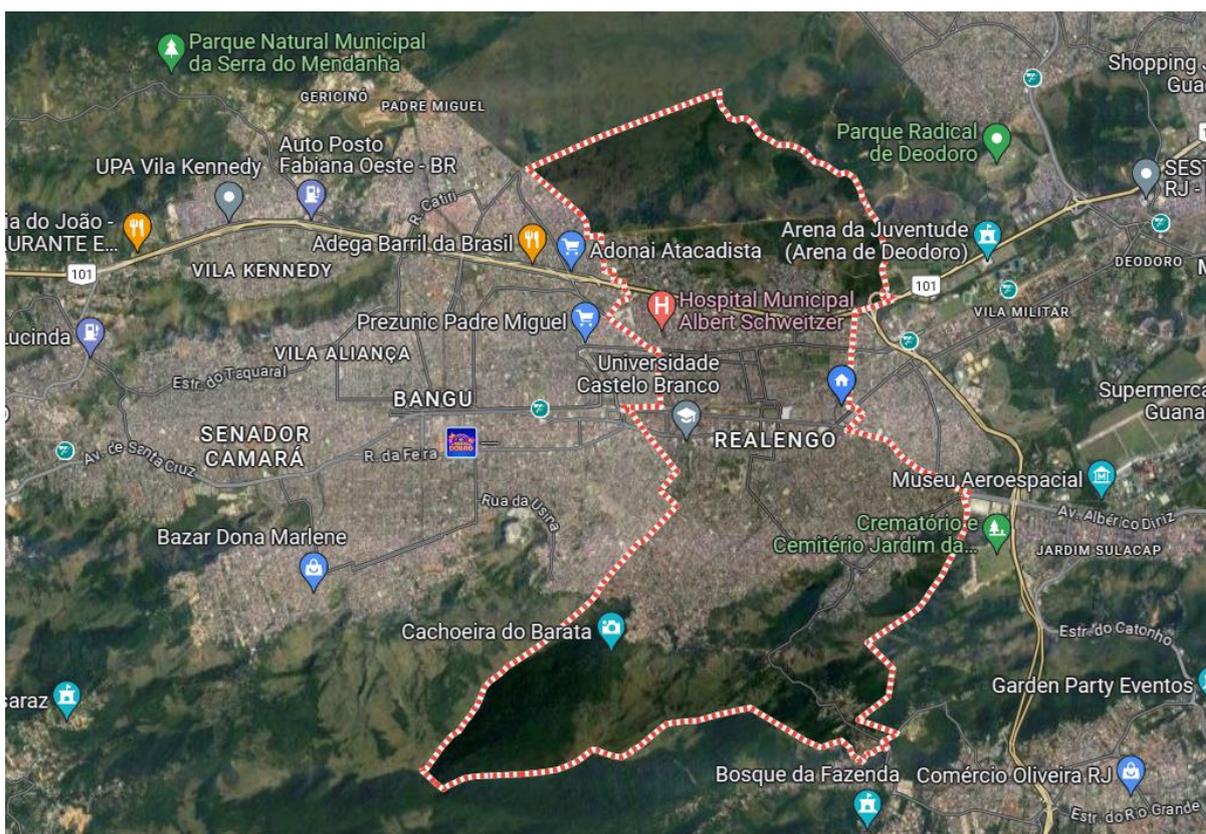
Temos que parar com essa fúria de meter asfalto e cimento em tudo. Nossos córregos estão sem respirar, porque é uma mentalidade de catacumba, agravada com a política do marco sanitário, acha que tem que meter uma placa de concreto em cima de qualquer corretozinho, como se fosse uma vergonha ter água correndo ali. As sinuosidades do corpo dos rios é insuportável para a mente reta, concreta e ereta de quem planeja o urbano. Hoje, na maior parte do tempo, o planejamento urbano é feito contra a paisagem. Como reverter o tecido urbano industrial em tecido urbano natural, trazendo a natureza para o centro e transformando as cidades por dentro? (Krenak, 2022, p. 66)

Para quem é de fora, o bairro de Realengo, localizado na zona oeste do Rio de Janeiro, é reconhecido por histórias e músicas que relatam sua distância do Centro e seu calor intenso. Já para quem é de dentro, Realengo é amor latente por sua efervescência cultural e política aliada à sua potência de transformação social. A diversidade de modos de viver e fazer se dá nas mais variadas formas de viver espalhadas da linha do trem, do lado do Viaduto de Realengo, até o alto da Nogueira de Sá. Um bairro central que acompanhou o crescimento da economia e da urbanização do Rio, como abordaremos a seguir.

No passado, Terras Realengas eram locais públicos de pasto e descanso de gado pertencentes ao rei. Ao contrário do momento atual, naquela época não era permitido construir de forma descontrolada em prol do desenvolvimento urbano. A zona oeste era interior, era verde. De Realengo dessa época, restou só o nome. Ao olhar uma imagem de satélite percebemos que Realengo é uma mancha em vários tons de cinza localizado no vale entre os maciços do Mendanha e da Pedra Branca.

Você também achava que o nome Realengo era uma abreviação de Real Engenho? Pois é, ao contrário do que se ouve por aí, o nome do bairro vem do termo “campos realengos”, que significavam “terras públicas” (Mansur, 2011). Lá atrás a região era chamada de Aldeia Sapopemba, nomeada assim à época da invasão francesa em 1555. Com a ocupação portuguesa, os terrenos próximos à aldeia foram doados a Gonçalo Gil, próximo ao Piraquara<sup>2</sup>. Vários desses locais se transformaram em sítios e fazendas. Em 1720 já tínhamos por aqui a Capela de Nossa Senhora da Conceição, a mesma que hoje conhecemos na Praça de Realengo, ponto importante na Estrada Real de Santa Cruz, hoje conhecida como Avenida Santa Cruz. Foi durante o reino de Dom Pedro II, durante a virada do século XIX para o XX, que a urbanização do bairro de fato aconteceu, reflexo da construção das vias ferroviárias e dos trabalhos de campo oferecidos na área, até então, descampada.

Figura 1 – Realengo visto por satélite



Fonte: Google Maps.

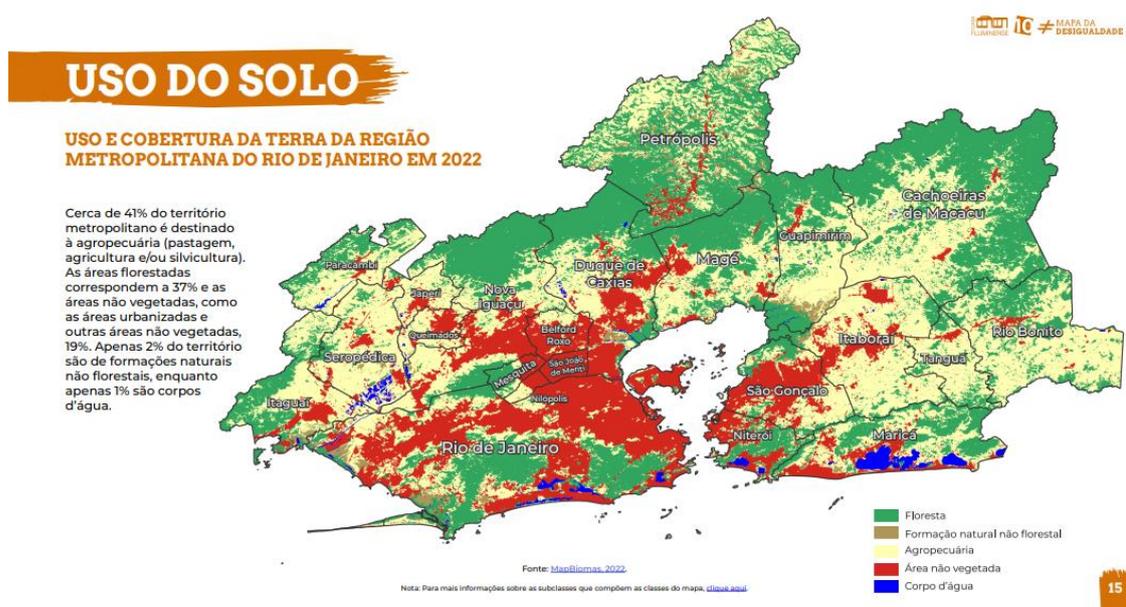
No sentido de urbanização, primeiro veio o Ramal Mangaratiba em 1878, e com ele a estação de trem Realengo. Daí em diante, o bairro recebeu alguns dos

<sup>2</sup> Pirá-Quara, “o buraco do peixe”, de origem Tupi.

principais quartéis do país. Em 1897, veio a Escola Preparatória e de Tática e, em 1898, foi a vez da Fábrica de Cartuchos e Artíficos de Guerra de Realengo, edifício tombado que preserva muitas de suas características originais até hoje, na parte que está sob cuidados do Colégio Pedro II. Também nesse período se delimitou a famosa Praça do Canhão, que nessa época era Campo de Marte. E Realengo foi crescendo e mudando. Os quartéis saíram do bairro e deram lugar aos conjuntos habitacionais nas décadas de 1970 e 1980, como a COHAB, conhecido conjunto na Rua Capitão Teixeira.

Com a saída dos quartéis e o processo de urbanização voltado para a zona sul e central da cidade, Realengo foi perdendo investimentos, assim como a maioria dos bairros na zona oeste, o que não fez com que a urbanização parasse; essa zona oeste, antes camponesa, seguiu abrigando a população de baixa renda e recebendo concreto em seu solo para sustentar o modo de vida moderno. Como podemos analisar no Mapa da Desigualdade 2023, publicação da Casa Fluminense (2023b), o uso do solo, conforme o MapBiomas 2022, abandona a memória de cultivo e vegetação para dar lugar a uma extensão de áreas edificadas, circundando o verde que ainda é protegido por Unidades de Conservação.

Figura 2 – Uso do solo



Fonte: Casa Fluminense, 2023b, p. 15.

A publicação da Agenda Realengo 2030 (2022), institucionalmente, trata Realengo a partir de alguns dados recolhidos através da prefeitura do Rio de Janeiro e do IBGE (2012):

- O município do Rio de Janeiro está dividido em 7 subprefeituras, que territorializam a gestão a partir de 33 Regiões Administrativas (RA). Fazem parte da RA XXXIII (Realengo) os bairros de: Campo dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo e Vila Militar;
- A zona oeste representa cerca de 60% do território municipal e Realengo ocupa uma área total de 26,0542 km<sup>2</sup>, o equivalente a 2.605,42 hectares, segundo dados da prefeitura do Rio de Janeiro. O bairro ocupa o 110º lugar na lista dos bairros com maior extensão territorial da cidade;
- Dos 10 bairros mais populosos do Rio, sete estão na zona oeste. Realengo é o 4º bairro mais populoso da cidade com 180.123 habitantes, ficando atrás apenas de Campo Grande (1º), Bangu (2º) e Santa Cruz (3º) (IBGE, 2012);
- São 59.238 domicílios registrados no bairro (IBGE, 2012);
- O Índice de Desenvolvimento Social (IDS) de Realengo foi de 0,574, em 2010. O IDS é um parâmetro que a Prefeitura do Rio usa para comparar o grau de desenvolvimento social entre os bairros do Rio de Janeiro. Inspirados no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o IDS usa indicadores com base no Censo do IBGE sobre acesso ao saneamento básico, qualidade habitacional e disponibilidade de renda para fazer o cálculo. Para se ter uma ideia, o bairro com o maior índice da cidade no mesmo ano foi a Lagoa, na zona sul, com 0,819.

Através desses índices já dá para entender que, ao contrário dos versos da música *Aquele Abraço*, de Gilberto Gil (1969), que nos diz que “o Rio de Janeiro continua lindo”, o morador de Realengo sabe dos diversos problemas que enfrentamos todos os dias, e que Realengo precisa e muito daquele abraço. São mais de 200 anos de histórias<sup>3</sup> não contadas e conseqüentemente esquecidas do lado de

---

<sup>3</sup> O bairro foi fundado em 27 de junho de 1814, há 209 anos.

cá da linha férrea, no território que, neste trabalho, optamos por seguir identificando como Região Administrativa (RA) de Realengo, conforme a divisão da própria Prefeitura do Rio. Outros dados que nos atravessam e fazem refletir são:

- A renda média em Realengo era R\$1.529,24, em 2022, quando o salário mínimo estava em R\$1.212,00;
- A população feminina é maioria no bairro. Segundo o último censo do IBGE (2012), os habitantes de Realengo se dividem em 53% de mulheres e 47% de homens;
- A população local é predominantemente negra. O censo de 2010 mostrou que 56% se autodeclararam negros, enquanto 44% se autodeclararam brancos;
- Apesar da proximidade com o bioma Mata Atlântica através de áreas preservadas, como Serra do Mendanha e Parque Estadual da Pedra Branca, a degradação de áreas verdes na região está em -2% ao ano, segundo o Índice de Progresso Social do Instituto Pereira Passos.

Com esse escopo, podemos refletir sobre a história, memória e patrimônio de Realengo, além de como esses dados estão correlacionados com um abandono sociopolítico de territórios geograficamente periféricos. Nesses lugares, em geral mais distantes das zonas turísticas e centrais, dados alarmantes não assustam nem demandam urgência. Realengo, desde 2011, é relacionado diretamente ao massacre na escola pública Tasso da Silveira<sup>4</sup>, caso amplamente televisionado, que deixou sua marca de tragédia no bairro, inclusive dentro das pesquisas online, onde, até hoje, em 2023, as imagens referentes ao massacre são o que a pesquisa da palavra Realengo mostra. Minha inquietação é que isso não é visto como um problema, mesmo sendo um fato que afeta o entendimento das crianças e adolescentes sobre o próprio território, inclusive, afetando um dia o meu.

Trago essa história pessoal e coletiva, pois a partir dela é possível perceber a dinâmica de sujeito sociológico (Hall, 2006), que trabalha a ideia de que somos continuamente afetados pelos fatores externos com os quais nos relacionamos e esses fatores influenciam a nossa produção de identidade.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56657419>. Acesso em: 13 set. 2023.

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior" – entre o mundo pessoal e o mundo público. A análise de que projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os "parte de nós", contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura (Hall, 2006, p. 11-12).

Ou seja, as informações disponíveis, constantemente reproduzidas de forma desrespeitosa e vinculada à tragédia, e os dados com índices precarizados a respeito de Realengo não são triviais; tudo influencia no nosso próprio entendimento como sujeitos que ali residem e interagem com essas dinâmicas.

O fundamento teórico para a prática do *sankofa* vem da filosofia africana da Ubuntu, que afirma que "sou porque nós somos", reconhecendo que todas as ações individuais têm um impacto na comunidade, assim como, por sua vez, a comunidade tem um impacto nas ações individuais (Karenga, 2009). Sendo assim, esse trabalho é produzido sob a perspectiva de que somente a partir do aprofundamento sobre a memória de Realengo (aqui você pode inserir qualquer periferia brasileira) é que se torna possível combater o apagamento histórico que assola as periferias. Isso ocorre não só pelo projeto político que dita as prioridades de investimento, mas também pela interferência direta na nossa produção de identidade e de relações de respeito e valorização com as nossas origens.

Como valorizamos as belezas naturais do nosso bairro e exigimos o respeito a elas se não as conhecemos? Como exigimos melhores condições para o nosso dia a dia se passamos a maior parte do tempo em deslocamento para estudo ou trabalho? O estereótipo de bairro-dormitório nasce justamente dessa inquietação, se relacionando a locais onde seus habitantes trabalham e convivem em outros territórios e retornam para suas casas somente para dormir, sem interagir com o entorno. É um plano de apagamento perfeito, caso *sankofa* não entre em ação e nos provoque uma reflexão para além do cotidiano e dos desafios do presente. Nessa perspectiva, a compreensão do passado é fundamental para a construção de um presente e de um futuro melhor.

Hoje, somos um mar de gente vivendo em uma área predominantemente cinza e sem uma política de planejamento urbano que garanta nossos direitos básicos. Essa carência ocorre devido a uma ideia de cidade pautada no interesse das grandes empresas e das negociatas políticas, ao invés de se pautar no bem-estar da

população e do meio ambiente. Seguimos habitando o território sob a perspectiva colonial, mesmo que os lucros dessa exploração não sejam vistos pela maior parte da população.

Não fossem os maciços já citados, do Mendanha e Pedra Branca, estaríamos em uma condição climática mais dramática ainda, já que estamos convivendo com rios assoreados e frequentes enchentes avassaladoras<sup>5</sup>; junte isso à falta de fiscalização em relação a construções ilegais em área de preservação que prejudicam o fluxo dos rios<sup>6</sup>, às filas exorbitantes em serviços de assistência social pública<sup>7</sup> e, literalmente, ao fogo naquilo que deveria estar em plena condição de funcionamento para nos atender<sup>8</sup>. Esses desafios climáticos e sociais locais se alinham aos desafios globais, já que o planeta como um todo está chegando no limite e é urgente se preocupar com a redução de danos ao meio ambiente de forma interligada a um modo de vida mais justo para todos, em todos os lugares.

Com foco em colaboração entre países, ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, surge a Organização das Nações Unidas (ONU), uma organização internacional com Estados-membro que debatem sobre pontos de fruição entre nações em prol da paz e do desenvolvimento, com base nos princípios da justiça, dignidade humana e no bem-estar de todos. A ONU oferece aos países a oportunidade de procurar soluções em conjunto para os desafios do mundo, preservando os interesses e a soberania nacional, conforme diz o site oficial (ONU, 2023a).

Em setembro de 2015, chefes de Estado e de Governo e altos representantes, reunidos na sede das Nações Unidas em Nova York, estabeleceram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais, com 169 metas. Conhecidos como ODS, esses objetivos integram o que conhecemos como Agenda 2030, e

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/carros-sao-arrastados-por-enchente-em-realengo-destroem-muros-de-casas-24280363.html>>. Acesso em: 14 out. 2023.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/03/desmatamento-no-parque-da-pedra-branca-pode-ter-agravado-enchente-em-realengo-diz-especialista.ghtml>>. Acesso em: 14 out. 2023.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/economia/2022/09/6484410-cariocas-enfrentam-longas-filas-no-cras-de-realengo-para-atendimentos-no-cadunico.html>>. Acesso em: 14 out. 2023.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/03/20/incendio-atinge-clinica-da-familia-em-realengo.ghtml>>. Acesso em: 14 out. 2023.

demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Eles se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (ONU, 2023a).

Figura 3 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil



Fonte: ONU, 2023b.

A ONU, como espaço de constante disputa de poder em um contexto capitalista, muitas vezes tem a palavra final redigida por países que são ricos em recursos financeiros, mas pobres em recursos naturais, países estes que historicamente buscaram soluções dentro daquilo que é lucrativo, explorando e poluindo sem se responsabilizar pelas consequências ocorridas nos países mais pobres, economicamente falando, porém, ricos em recursos naturais.

Quem invadiu, queimou, invalidou e destituiu culturas e florestas inteiras para colonizar e explorar deveria, no mínimo, financiar uma adaptação climática adequada, para si e para todos os territórios afetados por decisões relacionadas ao chamado desenvolvimento, que impulsionou ainda mais a degradação do planeta. A dívida é retroativa com os povos, que precisam de reparação social, cultural e estrutural para viver com dignidade, e com o meio ambiente, que teve sua paisagem alterada de forma irreversível.

É nessa perspectiva que surge o debate sobre um Fundo de Perdas e Danos<sup>9</sup>, que foi um dos principais assuntos da última Conferência das Partes das Nações Unidas, a COP 27, que aconteceu em 2022 no Egito. O evento projetou esse acordo como um avanço apesar dos repasses financeiros, até então, não terem sido feitos.

Grandes combinações entre líderes de Estado são inquietantes pois, trazendo o doutor e professor quilombola do Piauí, Antônio Bispo (2015), o *modus operandi* está inverso. Precisamos inverter a lógica do desenvolvimento exploratório pela lógica da biointeração, ou seja, uma lógica de prosperidade com conexão entre nós e o meio ambiente de forma equilibrada e assertiva, em contraponto a esse desenvolvimento que se diz sustentável, mas que não se sustenta. A lógica de desenvolvimento vigente mantém um discurso sobre reduzir, reciclar e reutilizar e a importância da reciclagem, mas não produz nem estratégia, nem logística, nem informação acessível para a população encontrar lixeiras identificadas, coletas seletivas regulares e cooperativas em pleno funcionamento. Quem ganha com isso?

Além disso, o plástico é um material que não vai para lugar nenhum e, mesmo quando reciclado, é algo não orgânico criado por nós e que ficará por um período muito longo de tempo se decompondo e intoxicando a terra. Por que seguimos esgotando nossos recursos naturais visando produzir mais do mesmo, em vez de, como chamado por Bispo (2015), reeditar a lógica?

Precisamos também, principalmente e acima tudo, fazer uma profunda reflexão sobre a distância radical que existe entre o processo de reciclagem e os processos de reedição da natureza, para, então, compreendermos a real diferença entre o chamado desenvolvimento sustentável e o que estamos chamando aqui de biointeração. No desenvolvimento sustentável a tríade "reduzir, reutilizar e reciclar" tem como pano de fundo o problema do uso indiscriminado de recursos naturais finitos e não renováveis nos processos de sintetização e de manufaturamento, característicos do desenvolvimentismo. Ou seja, afirma-se a necessidade de transformação do orgânico em sintético como algo inquestionável que inevitavelmente levará a humanidade a uma situação de miséria, fome e escassez generalizada (Bispo, 2015, p. 98).

Sendo assim, e como o nosso estudo de caso é sobre Realengo, vale trazer o rapper brasileiro Emicida (2019), quando em seu álbum AmarElo, ele afirma que "tudo que nós tem é nós". Apesar do alinhamento na teoria, na prática o cotidiano das negociações globais pouco interage de forma concreta com a articulação que

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-27/noticia/2022/11/20/cop-27-termina-com-novo-fundo-contra-danos-climaticos-mas-sem-novas-metas-de-reducao-de-gases-estufa.ghtml>>. Acesso em: 2. out. 2023.

acontece na base, na periferia. Em 1980, a população de Realengo se reuniu em torno da Movimento Pró Escola Técnica<sup>10</sup> com a intenção de garantir que uma área, abandonada desde a desativação de uma antiga Fábrica de Cartuchos de Realengo, fosse destinada a uma serventia popular. Por anos se pautou essa demanda, de forma jurídica e militante, até que em 2005 foi inaugurado o campus do Colégio Pedro II, na Rua Bernardo de Vasconcelos, em frente à Praça do Canhão.

Paralelamente, um outro terreno nas proximidades, que também outrora fora de serventia militar, acabou por ser encaminhado para a construção do condomínio Parque Real. Esse condomínio, chamado parque, é uma experiência de espaço privado arborizado que em nada se assemelha à ideia de parque urbano no sentido de conservação e uso possível para a população.

Em 2001, a publicação Parques urbanos no Brasil (MACEDO; SAKATA, 2001), feita no âmbito da Arquitetura e do Urbanismo, definiu parques urbanos como espaços livres nas cidades, com dimensões generosas, destinados à fruição social – passeio, contemplação, convivência, recreação infantil e esporte. Complementarmente, definiu-os como espaços urbanos estruturados pela vegetação, pela água, pelo relevo ou por todos esses elementos combinados, e que eram considerados parques por seu papel de lazer e práticas sociais. O papel do parque como área de conservação ambiental poderia ser acrescentado a esses anteriormente mencionados. A combinação do papel de lazer com o de conservação é conveniente e benéfica para ambos e foi a grande contribuição do século XX para o conceito de parque (Sakata; Gonçalves, 2019, p. 17).

O último terreno pertencente à história da antiga fábrica se tornou nas últimas décadas uma pauta latente do bairro e é quem transversaliza a história que vamos contar a partir de agora. Sob liderança de moradores e frequentadores da região, muitos ligados ao movimento social e religioso do bairro, surge a mudança do Movimento Pró Escola Técnica para o Movimento 100% Parque de Realengo Verde, pautando que o terreno em questão, se não viabilizado para fins educacionais, fosse avaliado com a pretensão da implementação de um parque verde ecológico, resgatando a ideia de conexão com a natureza que o bairro teve antes da urbanização desenfreada. Paralelo a esse pleito, se instalou em parte do terreno o Corpo de Bombeiros Militar 1º/8º GBM. Anos depois, uma parte da conquista popular se concretizou no espaço: o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), inaugurado em 2009.

---

<sup>10</sup> Ver mais: <<https://www.cp2.g12.br/blog/re2/pagina-exemplo/historia-do-campus/>; <<https://realengoempauta.com.br/tags/fabrica-de-cartuchos-de-realengo/>>.

O movimento se chama 100% Parque, pois afirma que todo o restante da área que ainda estava sem destinação nos últimos 50 anos deveria se tornar um parque, sem nenhum prédio ou condomínio concomitante, exceto os dois já existentes.

Figura 4 – Rio de Janeiro conquista Parque 100% Realengo Verde



Fonte: RIO, [S. d.].

Em 2019, ao me aproximar do Movimento 100% Parque Realengo Verde, enquanto graduanda em Produção Cultural, percebo a vertente cultural aliada à ambiental que essa luta social apresenta. Através de ações de mobilização popular como manifestações com carros de som, compartilhamentos nas redes e rodas de conversa públicas, foi-se percebendo a oportunidade de construir um espaço de educação ambiental: a Ocupação Parquinho Verde. É através da experiência com essa construção coletiva de utilização do espaço público com propósito que surge a tese elaborada neste trabalho, no qual é proposto que somente através da cultura (e de uma virada cultural) será possível engajar a periferia no debate sobre mudanças do clima e na exigência por justiça climática.

Em 2020 começa a ser construído por moradores e ativistas atuantes no bairro um compilado de propostas para pleitear junto às autoridades. A Agenda Realengo

2030 (2022) é o resultado dessa construção, com 30 propostas de políticas públicas para a Região Administrativa de Realengo. Feita coletivamente durante o 1º Curso de Políticas Públicas de Realengo, realizado na Ocupação Parquinho Verde, da qual falaremos mais a seguir. É essa agenda comum, política, territorial e coordenada por uma equipe de pesquisadores locais<sup>11</sup> que abre a porta para o detalhamento desta pesquisa.

As Agendas Locais são uma metodologia da Casa Fluminense<sup>12</sup>, com impacto em 12 territórios espalhados pela região metropolitana (Queimados, Magé, Itaboraí, Caixas, Vila Kennedy, Complexo da Maré, Japeri, São Gonçalo, Santa Cruz, Realengo, São João de Meriti e Belford Roxo).

Figura 5 – Mapeamento Agendas Locais em 09/10/2022



Fonte: Cruz, 2022.

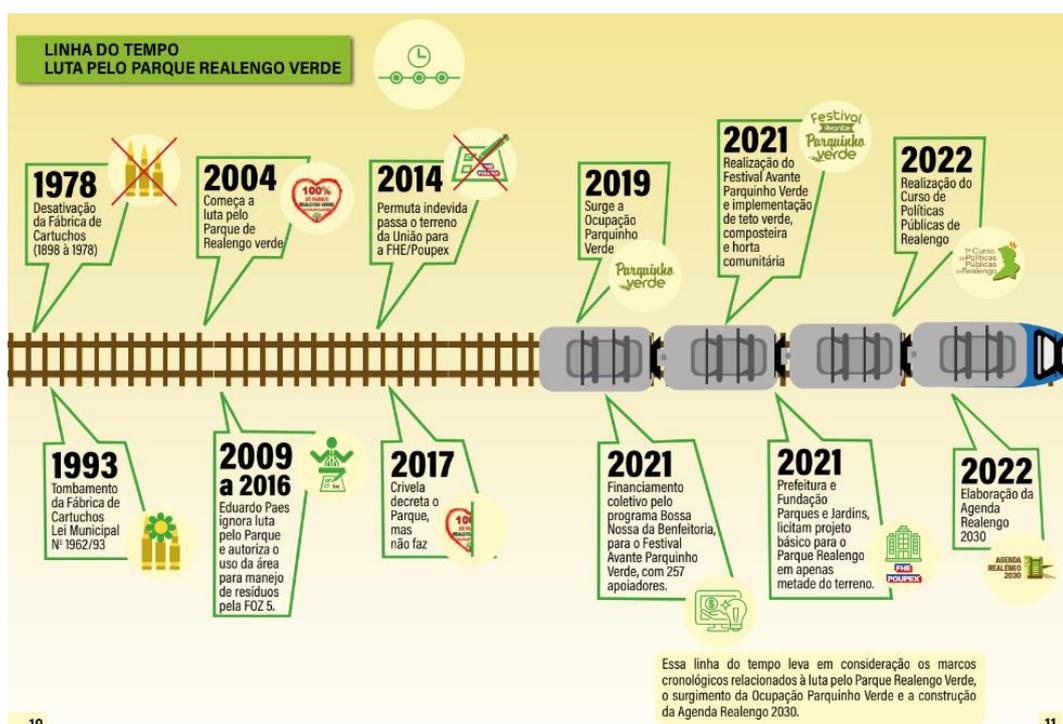
<sup>11</sup> Uma arquiteta, uma pesquisadora de dados, uma cientista social, uma socióloga, uma artista, um economista e uma produtora cultural.

<sup>12</sup> Formada em 2013 por ativistas, pesquisadores e cidadãos identificados com a visão de um Rio mais integrado, a Casa Fluminense acredita que a realização deste horizonte passa pela afirmação de uma agenda pública aberta à participação de todos os fluminenses e destinada universalmente a todo o seu território e população e não apenas – ou prioritariamente – para as áreas centrais da capital. A organização foi estruturada como associação civil sem fins lucrativos, autônoma e apartidária, e tem na rede seu elemento constitutivo essencial. Funcionamos assim como polo de uma rede de pessoas e organizações dedicado a fomentar ações compartilhadas voltadas à promoção da igualdade, ao aprofundamento democrático e ao desenvolvimento sustentável no Rio, alcançando por inteiro nossa “cidade metropolitana” comum. Disponível em: <<https://casافلuminense.org.br/a-casa/#quem-somos>>. Acesso em: 20 set. 2023.

Uma Agenda Local é uma proposta de metodologia de inclusão política e desenvolvimento de proposta de base, que organiza as demandas locais para que sejam pleiteadas e incorporadas aos planos de governo. Com essa ação, fica o desejo de ampliar o espaço de diálogo com o governo do estado e com a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, atravessando subprefeituras, secretarias e mandatos de vereadores e deputados que podem contar com essa construção coletiva para seu exercício legislativo. As políticas públicas devem ser pensadas com a participação dos maiores interessados, nós temos muito a contribuir e as Agendas Locais são uma manifestação disso. Mas a inquietação é justamente perceber que política, tampouco mudanças do clima, não são assuntos que mobilizam dentro da periferia. Sendo assim, que alternativas temos?

Munidos dos dados apresentados no início do capítulo e da história que não podemos esquecer, vamos olhar para linha do tempo do Movimento do Parque de Realengo Verde, da Ocupação Parquinho Verde e da Agenda Realengo 2030, conforme a Figura 6. Fica nítido observar como práticas culturais foram parceiras para trazer Realengo até a centralidade do debate climático no Rio e proporcionar uma virada cultural na forma com que as pessoas envolvidas entendiam o tema mudanças climáticas.

Figura 6 – Linha do tempo da Luta Pelo Parque Realengo Verde



Fonte: Agenda Realengo 2030, 2022, p. 10-11.

## 2 O ENCANTAMENTO MORA A(QU)I DENTRO

Não vão nos matar agora porque ainda estamos aqui. Com nossas mortas amontoadas, clamando por justiça, em becos infinitos, por todos os lugares. Nós estamos aqui e elas estão conosco, ouvindo esta conversa e nutrindo o apocalipse do mundo de quem nos mata (Mombaça, 2021, p. 13-14).

Eu, mulher, preta, periférica, vejo diariamente muitas de mim serem privadas de sonhar. Eu, jovem, estudante, comunicadora, pesquisadora, contrariando estatísticas e traçando novas narrativas... eu insisto em pensar no futuro. O sonho e o futuro, a meu ver, andam juntos e somente juntos podem construir um horizonte possível. Mas esse horizonte, que é democrático, empático, diverso, coletivo e digno para todo mundo é tido como inviável por conta da constante guerra que vivemos. Uma guerra que prioriza o dinheiro, o *status quo* e o privilégio. Que herda tudo que o colonialismo nos impôs e faz esquecer dos aprendizados ancestrais. Entre tantas batalhas vigentes, tenho me aprofundado no entrelaçamento entre futuro, cultura e crise climática com o olhar de *sankofa*, o resgate da memória.

O futuro é território teórico de disputa para a periferia, sendo ela quem mais se destaca na produção de novas perspectivas, já que é na pobreza e na dificuldade que se edifica o espaço do sonho, que nada mais é do que a possibilidade de caminhos mais justos, de uma nova produção de consciência para o nosso existir.

Por serem "diferentes", os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. [...] Diante das redes técnicas e informacionais, pobres e migrantes são passivos, como todas as demais pessoas. É na esfera comunicacional que eles, diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos. Trata-se, para eles, da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer - carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também carência do consumo político, carência de participação e de cidadania. Esse futuro é imaginado ou entrevisto na abundância do outro e entrevisto, como

contrapartida, nas possibilidades apresentadas pelo Mundo e percebidas no lugar. Então, o feitiço se volta contra o feiticeiro. O consumo imaginado, mas não atendido – essa "carência fundamental" no dizer de Sartre –, produz um desconforto criador. O choque entre cultura objetiva e cultura subjetiva torna-se instrumento da produção de uma nova consciência (Santos, 2006, p. 221).

A virada cultural em torno da pauta das mudanças climáticas que estamos abordando é uma metodologia que precisa ser incorporada para a garantia do direito à vida na periferia. As mudanças já estão acontecendo. As mudanças no clima já estão apresentando consequências catastróficas que resultam, de forma mais rápida e mais lenta, em mortes.

Quando relatórios, como o já citado IPCC, destacam a importância da adaptação para reduzir os impactos das mudanças já em andamento e chama atenção para a falta de financiamento nesse tema, ele aponta que os povos originários, as comunidades quilombolas e as populações periféricas estão em um momento tênue entre viver e sobreviver.

É consenso na ONU que a responsabilidade das decisões incoerentes com a realidade de crise climática precisa ser atribuída às grandes economias, majoritariamente capitaneadas por quem sempre explorou tudo e todos ao seu redor, vinculados ao processo de colonização, sem precisar lidar com as consequências diretas dessa produção exploratória. É injusto. E essas injustiças se espalham de formas diferentes ao redor do mundo.

Estamos passando por uma alta de eventos extremos, ou seja, temos mais tragédias climáticas acontecendo em todos os lugares e poucas ações efetivas de como lidar com elas, tornando-as cada vez mais graves. A crise iminente balança todas as conferências climáticas, nacionais e internacionais, em que a perspectiva de salvar o mundo já não é mais suficiente porque o mundo coleciona tantas mudanças irreversíveis, sociais e estruturais, que já não é mais possível ficar a salvo.

Redução de emissões, mitigação e financiamento para adaptação com foco nos países em desenvolvimento e comunidades nas situações de maior vulnerabilidade são pautas que grandes agentes do clima, ONU e empresas estão, tardia e lentamente eu diria, inserindo em suas agendas, já que cientificamente já havia muitos apontamentos para a gravidade da situação. Essa lentidão é uma forma de necropolítica (Mbembe, 2016), já que estamos falando diretamente da proteção da

vida e do modo de viver de comunidades e populações que só estão hoje em risco por conta dessa forma de habitar colonial que nos foi imposta.

Pela negligência, podemos citar direitos negados como acesso a água potável, saneamento básico e serviços de saúde, além de problemas que nós mesmos criamos como contaminação do solo, da água e dos alimentos. Essa negligência gerou a destruição dos rios e florestas localizadas em territórios anteriormente protegidos por descendentes de comunidades originárias latinas, diaspóricas e ameríndias. Essa necropolítica fez com que quem sabia cuidar, hoje não tenha nem mãos nem recursos suficientes para se proteger.

O que precisamos para combater a crise climática é de uma ação operacional para garantir uma justiça que seja reparadora dos malefícios cometidos até aqui. Um movimento de reparação e ampliação do olhar de que a crise é hoje, é agora, e precisa de todos nós. Por isso uma mudança cultural é necessária. Estamos falando de gente que teve seu modo de vida profundamente modificado por mudanças como a poluição de rios, como é o caso de comunidades pesqueiras e ribeiras, já que “aproximadamente metade de todos os produtos plásticos que poluem o mundo hoje foram criados após os anos 2000. Este problema tem apenas algumas décadas e, ainda assim, 75% de todo o plástico já produzido já foi descartado” (WWF, 2019, p. 6).

Quando vemos uma imagem de um urso polar em um pequeno pedaço de gelo ou de uma tartaruga enrolada em uma sacola de plástico, é fácil se comover em relação à importância de uma mudança geral para hábitos mais sustentáveis em solidariedade à fauna. Mas e quando o ser humano está também maltratando o próprio ser humano, à luz do dia, de forma massiva? As mudanças do clima já são sentidas por toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, onde temos notícias frequentes de enchentes, deslizamentos e falta no fornecimento de água e de luz. Esses e outros eventos, dos mais frequentes aos mais extremos, causam centenas de mortes, como o deslizamento no Morro do Bumba, em Niterói, RJ em 2010; o rompimento da barragem em Mariana, MG em 2015; as consequências das chuvas em Petrópolis, RJ em fevereiro de 2022; e agora, em outubro de 2023, a fumaça no ar em Manaus, AM. Esses eventos também se relacionam com um CEP periférico, uma classe social fora dos espaços de poder e uma mesma cor não branca. É essa injustiça ambiental em contexto racializado que chamamos de racismo ambiental.

Neste trabalho, trazemos um exemplo concreto de como o racismo ambiental se apresenta em Realengo e nos priva de um outro direito nosso: o convívio com um espaço urbano arborizado e com suas memórias preservadas. Desde o final da década de 80, o terreno onde atuava a antiga Fábrica de Cartuchos de Realengo está abandonado. Com o crescimento populacional, cresceu em torno da área uma forte especulação imobiliária e desejo de construção de mais um conjunto habitacional. O fato de esta ser a última área verde da região? Ignorado.

Um terreno de 150.000m<sup>2</sup>, sendo 142.000m<sup>2</sup> de área interna e 8.000 m<sup>2</sup> de área externa, que poderia ter qualquer serventia pública e popular, foi cedido ao Exército Brasileiro e nas mãos dele se predestinou ao irônico Residencial Realengo Verde, dividido em apartamentos de 66m<sup>2</sup> a 76m<sup>2</sup>, com 2 a 3 quartos e 1 vaga de garagem, como anunciado no site da Associação de Poupança e Empréstimo (POUPEX)<sup>13</sup>, vinculado ao Exército Brasileiro e gerida pela Fundação Habitacional do Exército (FHE).

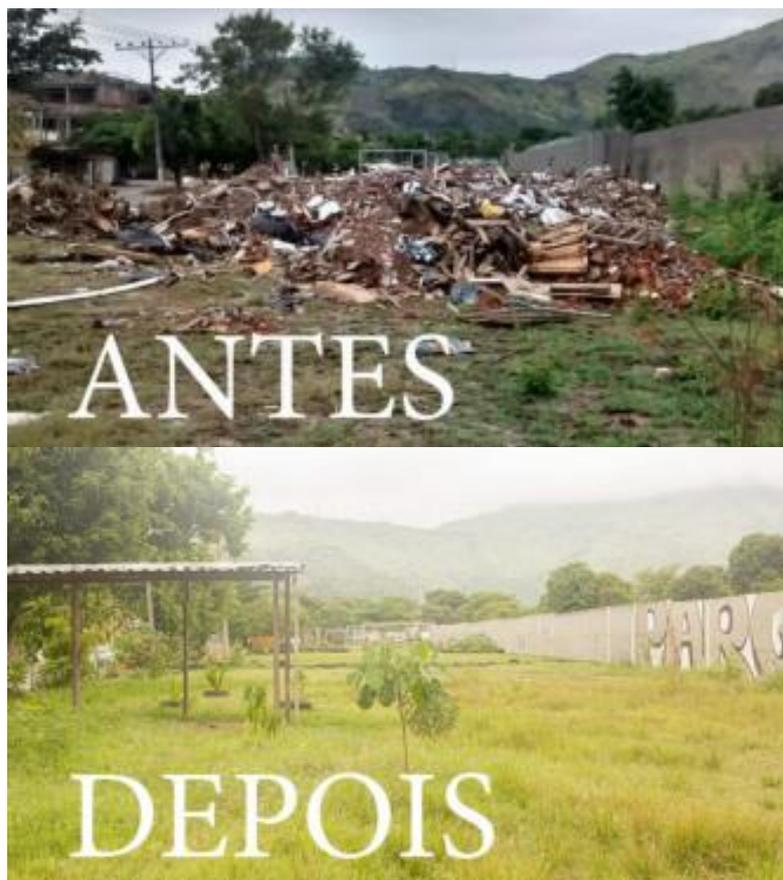
Dizemos irônico porque, cientes de que concreto não era a necessidade latente do bairro, o Movimento 100% Parque de Realengo Verde sonha e conscientiza os moradores dos benefícios que um parque urbano ecológico poderia trazer para o bairro. A ironia mora em existir um movimento popular da região pautando um objetivo concreto, que afeta o dia a dia dos moradores, e esse sonho não é respeitado em prol da especulação militar-imobiliária, justamente nessa cidade que, mais uma vez, reforço, se diz maravilhosa. Essas maravilhas estão garantidas para quem?

Rapidamente a área externa do terreno em questão se transformou em uma calçada depósito de lixo e entulho em diversos momentos nas últimas décadas. A proposta de um condomínio fechado brinca com a narrativa verde, enquanto fora dos muros, quem verdadeiramente reforça a luta e garante algum verde possível para esse mar de concreto é a Ocupação Parquinho Verde.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <[www.poupex.com.br/geren/empreendimento/residencial-realengo-verde/](http://www.poupex.com.br/geren/empreendimento/residencial-realengo-verde/)>. Acesso em: 02 out. 2023.

Figura 7 – Antes e depois da ocupação Parquinho Verde, em 2019



Fonte: Acervo Vandr  Nascimento.

Essa história ninguém me contou, eu vi. Perante a não concretiza o da promessa do Parque de Realengo Verde, previsto para ser construído na área interna pelo plano estratégico da prefeitura do Rio vigente de 2017 a 2020, os moradores, parceiros e coletivos da região passaram a se fortalecer através de a o de cuidado da área externa e promoveram melhorias no espaço. Em agosto de 2019, com apoio da Casa Fluminense, a Associa o Grupo Cultural Lata Doida, junto a diversos outros colaboradores, iniciou uma grande mobiliza o para recupera o da área que viria a ser a Ocupa o Parquinho Verde.

Nesse período, foram providenciados arames e madeiras para a organiza o do espaço, iniciou-se a constru o de um telhado verde e de uma composteira comunitária, foram plantadas quase cem mudas de árvores e retirados alguns caminhões de entulho. A  rea começou a se tornar um local de encontro, arborizado e ecológico, onde era possível realizar eventos com artistas e ativistas do bairro e da cidade. O sonho era seguir transformando o espaço público em um local de lazer, arte, esporte, solidariedade e sustentabilidade, pautando a relevância desse tipo de espaço

para o bairro e para a cidade, e pleiteando a implementação do Parque Realengo Verde em 100% do terreno da antiga Fábrica de Cartuchos, logo ali, atrás do muro.

Figura 8 – Processos de melhorias da Ocupação Parquinho Verde, 2021



Fonte: Acervo pessoal.

Devido ao isolamento imposto pela pandemia da COVID-19, diversas ações de solidariedade e cuidado foram movimentadas através do terceiro setor (ONGs, associações, coletivos, instituições filantrópicas) por todo o país. Trago esta informação, porque a entrega de 250 cestas básicas através da iniciativa Rio Contra o Corona, em parceria direta com o Lata Doida e sua rede, reuniu uma movimentação a fim de garantir que a Ocupação do Parquinho Verde se transformasse nesse local (a céu aberto) oficial para encontros das mais diversas ações e, principalmente, seguisse fortalecendo a luta pela conquista do Parque Realengo Verde.

Figura 9 – Recebimento de cestas básicas e materiais de limpeza na sede do Grupo Cultural Lata Doida



Fonte: Acervo pessoal.

Em meio a reuniões semanais e a horta crescendo no Parquinho, surgiu a ideia de utilizar uma plataforma de financiamento coletivo como uma estratégia de transformação social da cidade, para convidar apoiadores, ativistas e amigos espalhados pela metrópole a olhar para o bairro e conhecer a ação promovida ali. Em 2020, se concretizou uma proposta para o Fundo Bossa Nossa, da plataforma Benfeitoria<sup>14</sup>, e o projeto Festival Avante Parquinho Verde, que incluía reformas no terreno e um grande festival cultural, foi selecionado, entre mais de 90 iniciativas cariocas, para ter uma campanha no formato *match funding* – a cada R\$ 1,00 doado, a Benfeitoria colocaria mais R\$ 2,00.

A campanha reuniu 101% da meta, com contribuições de 257 benfeitores e mais de 12 coletivos para realizar o projeto. As ações resultaram em uma grande articulação, que se desdobrou em oficinas temáticas com recompensas: oficinas de comunicação comunitária, ocupação do espaço público, hortas e compostagem, vivências em danças populares, compartilhamento de experiências suburbanas e análise de dados da Região Administrativa Realengo.

Além de sonhos e propostas para a construção do Parque Verde, a ocupação agitou moradores, estudantes, ativistas, ambientalistas, curiosos e até autoridades em torno dessa proposta metodológica de utilizar a cultura, em suas mais diversas manifestações, para ampliar o debate sobre educação ambiental.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://benfeitoria.com/projeto/avanteparquinhoverde>. Acesso em: 23 set. 2023.

A ocupação Parquinho Verde se alinha com alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU: objetivo 3 (Boa Saúde e Bem Estar), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 13 (Combater as alterações climáticas). Com suas atividades busca garantir uma melhor qualidade de vida através de espaços de convívio verde, produz alimentação orgânica e destinação adequada de alimentos através de composteira, promove um senso de comunidade e reflexão coletiva sobre as ações em relação às mudanças climáticas, além de oferecer atividades culturais para os moradores e moradoras de Realengo. Sendo os ODS um conjunto de objetivos que visam uma cidade mais justa, inclusiva e desenvolvida a partir da preservação do meio ambiente, incidência territorial, promoção de arte e cultura, organização comunitária e desenvolvimento periférico, eu diria que a ONU teria orgulho de ver a Ocupação Parquinho Verde em pleno funcionamento.

Figura 10 – Parquinho Verde



Fonte: Acervo pessoal.

Ainda sobre o festival: ele foi exibido online<sup>15</sup>, no dia 21 de março de 2021, através da plataforma Facebook; segue disponível nas redes sociais em quase 2h de programação, com cerca de 30 artistas periféricos, de dentro e de fora da cidade do Rio. Com tantas realizações e muita mídia ao redor, o coletivo que articula o Parquinho Verde, do qual fiz parte, observou que era não só essencial utilizá-lo como palco para gritar a importância da implementação do Parque Realengo Verde 100%, voltado para agroecologia, sustentabilidade, arte, cultura e economia solidária; mas também que esse caso de racismo ambiental explícito precisava ser denunciado com esse nome. É racismo ambiental a população se mobilizar por tantos anos, com um pedido completamente condizente com os desafios climáticos da região, e esse pedido demorar tantos anos para ser concretizado, mesmo com os dados alarmantes sobre o Brasil, como os apresentados na publicação Quem precisa de justiça climática no Brasil? (Louback; Lima, 2022):

O Relatório Luz de 2020 revela também que, em 2018, mais de um milhão de pessoas foram prejudicadas por enchentes no Brasil, e quase 43 milhões foram atingidas por secas e estiagens, 90% delas residem na Região Nordeste. Ainda em 2018, o Brasil foi o país da América Latina com o maior número de deslocados internos forçados em razão de desastres. Um total de 86 mil pessoas precisaram migrar por razões ambientais, uma realidade que ainda não é nítida para muitos brasileiros, mas que já é palpável para a parcela de pessoas invisibilizada por diversas camadas de opressão e que migra dentro do país à procura de segurança e melhores condições de vida. Os desastres ambientais por aqui foram responsáveis pela morte de 1.774 pessoas entre os anos de 2010 e 2018, sendo mais de dois terços no estado do Rio de Janeiro, que, como mencionamos no início do capítulo, vivenciou uma das maiores tragédias climáticas do país em 2011. Estima-se que quase metade do território do estado esteja exposto a riscos climáticos, como deslizamentos. Já a cidade do Rio de Janeiro está exposta a ondas de calor, inundações e aumento do nível do mar, todas consequências previstas pelo IPCC em relação às mudanças climáticas. (Louback; Lima, 2022, p. 46).

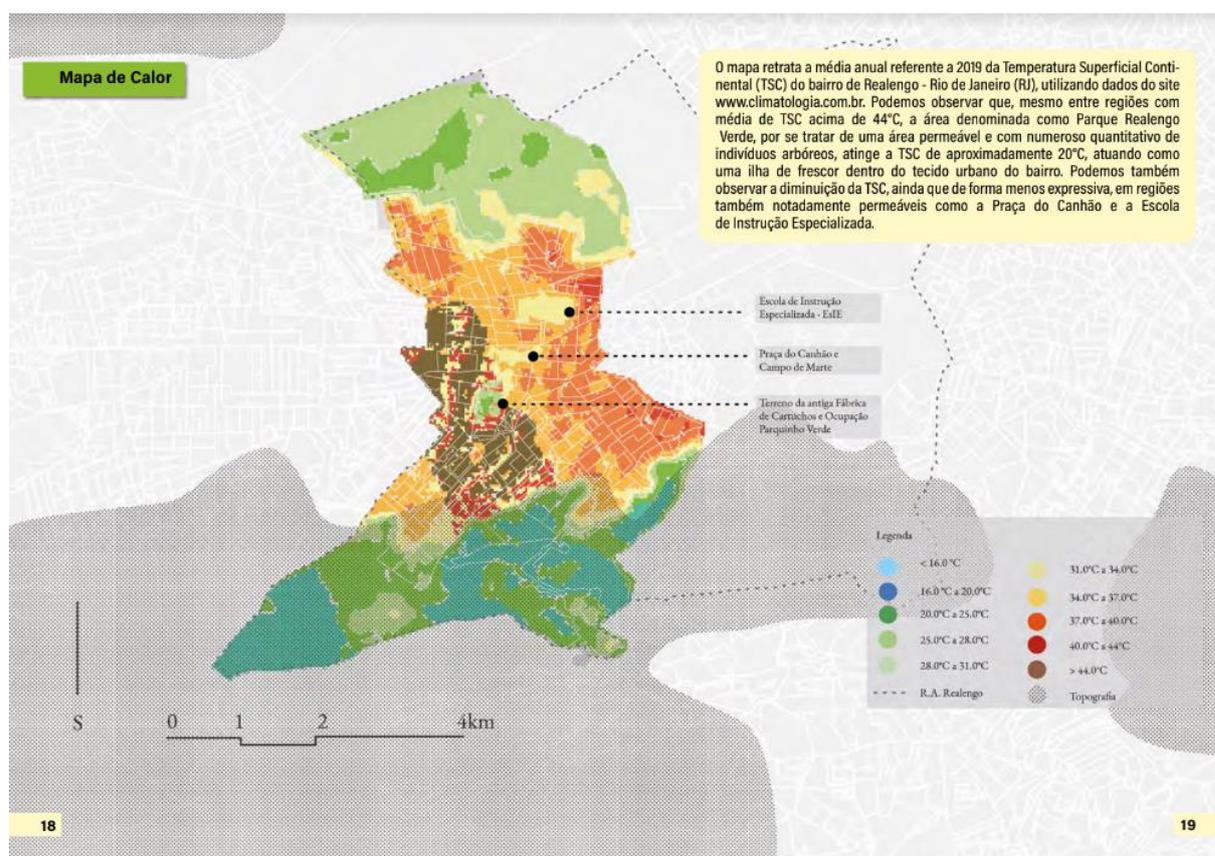
Na citada Agenda Realengo 2030, um mapa mostra que a existência da Ocupação Parquinho Verde ameniza o calor de Realengo, junto a outros dois terrenos preservados na região que também contribuem com esse cenário, sendo eles áreas militares (Praça do Canhão e Escola de Instrução Especializada) preservadas sem construções. Como podemos ver abaixo, “o mapa retrata a média anual referente a 2019 da Temperatura Superficial Continental (TSC) do bairro de Realengo – Rio de Janeiro (RJ)” (Agenda, 2022, p. 19), ou seja, o calor em Realengo não é só gíria popular.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <[www.facebook.com/parquinhoverde/videos/555654158729525](https://www.facebook.com/parquinhoverde/videos/555654158729525)>. Acesso em 01 out. 2023.

Nesse cenário e diante de diversos desafios sociais, saber o que acontecia do outro lado do muro através de uma escada era comum entre os moradores. Aquele terreno, outrora verde e com ruínas belíssimas da antiga fábrica, estava cada vez mais cinza e desordenado. No processo de construção da Agenda Realengo 2030, pudemos comprovar o desmatamento compulsório da área, que é visível nas imagens de satélite obtidas em referência aos anos de 2010, 2018 e 2020, via Google Maps. O mau uso do espaço reduziu drasticamente o verde natural do perímetro em plena luz do dia. É de conhecimento público que o terreno foi cedido para União e, na sequência, para empresas de saneamento básico, com aval da prefeitura. Mas desmatar? Quem autorizou isso? Um lugar histórico, sendo destruído assim, com todos concordando, só pode ser na periferia, só pode ser expressão do racismo ambiental. Estão negando área verde para um território periférico, como se essa não fosse uma necessidade humana básica e essencial.

Figura 11 – Mapa de calor da RA Realengo



Fonte: Agenda Realengo 2030, 2022, p. 18-19.

Figura 12 – Desmatamento na área da antiga Fábrica de Cartuchos de Realengo



7

Fonte: Agenda Realengo 2030, 2022, p. 7.

A desigualdade dos impactos das mudanças climáticas consiste nesse entendimento, de que, diariamente, a vida de quem menos contribui com os fatores que impulsionam as mudanças climáticas, são os que mais sofrem com as expressões dela. Essas consequências são também fruto de um sistema que não proporciona uma real participação da população dentro do contexto de políticas públicas, como pontuado na Agenda Realengo 2030 no eixo Participação Social:

Participação social efetiva se dá ampliando a representatividade, através do fortalecimento de articulações populares e potencializando a ação de grupos organizados, movimentos, comunidades, universidades e a sociedade civil em geral.

Nós, moradores, precisamos ser convidados a opinar nos processos de planejamento, execução, avaliação e fiscalização de políticas públicas. Cidadania efetiva só acontece quando há popularização da democracia e acesso a direitos civis fundamentais. Propomos que isso seja realizado através da geração cidadã de dados, ou seja, garantir que as informações necessárias para a criação de políticas públicas sejam respaldadas por nossas vivências enquanto moradores e não tuteladas apenas por aqueles que não conhecem nosso cotidiano e território. Se as decisões dos entes governamentais afetam tanto nosso dia a dia, como mudanças de linhas de ônibus, quantidade de Clínicas da Família, escolas e creches, é preciso que isso passe a ser decidido junto com a gente. Nossas dúvidas, reclamações e sugestões precisam ser consideradas ao se produzirem políticas públicas engajadas na melhoria da qualidade de vida do bairro. Realengo precisa ter seus investimentos pensados a partir das necessidades dos moradores (Agenda Realengo 2030, 2022, p. 41).

É dessa perspectiva que vem nossa indignação com o caso do Parque Realengo Verde. Colocam preço e repartem o sonho enquanto os movimentos sociais reestruturam a praça pública na prática, através da cultura e da coletividade. Pensar sobre um novo rumo ecológico em um momento chave da mudança climática é reestruturar as periferias de forma integrada com a natureza e utilizando as tecnologias sociais do nosso tempo, valorizando a história, memória e patrimônio de cada território. É assim que podemos promover uma virada cultural vinculada a uma virada ambiental, resgatando nossa conexão com a Terra como parte de nós, e não a nosso serviço.

Contar a história de Realengo sob a perspectiva da Ocupação Parquinho Verde é impulsionar o debate sobre a importância de ampliar a educação ambiental e a conscientização acerca das mudanças climáticas nas periferias como tarefa primordial e, acrescentamos, é a cultura e as práticas culturais que são capazes de promover ações coletivas de reconstrução da nossa percepção sobre nós mesmos, solidificando uma verdadeira virada de entendimento e de ação.

Não é possível exigir aquilo que não se conhece e nem aquilo que não se entende mais como pertencente a nossa vida urbana. Fomos afastados de pensar a vida dentro de uma perspectiva do bem viver. Esse resgate precisa ser o caminho para tornar possível o debate sobre justiça socioambiental e um debate que inclua principalmente as populações mais vulnerabilizadas, que são as mais atingidas. Nesse caso, informação é garantia de vida. É a virada de percepção que vai garantir o futuro.

### 3 TUDO QUE NÓS TEM É NÓS

Parem de desmatar meus hectares  
O meu bonde passa sempre de nave  
Salvar o planeta é missão de vida  
No chão que você pisa, pisam milhares  
Vamo' replantar enquanto é tempo  
Cabe somente a nós lembrar quem sabe  
Compromisso não é coisa de momento  
Respeito e humildade são nossa base

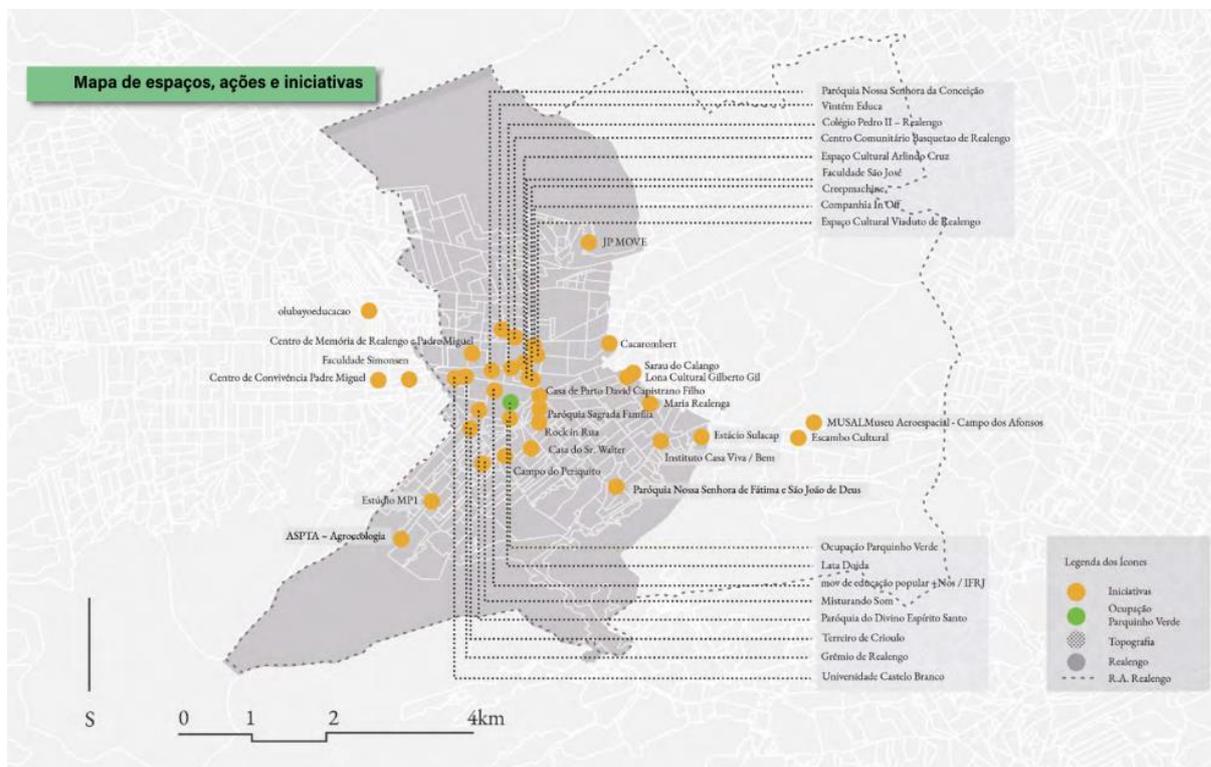
*Chá de maçã – Flora Matos (2021)*

Com a publicação da Agenda Realengo 2030, em 2022, objetivamos mostrar que todo mundo pode e deve participar dos debates sobre políticas públicas que afetam diretamente suas vidas. É como um convite para se organizar. Fato é que as periferias borbulham em resiliência artística, em meio à falta de fomento, à criminalização, à invisibilização e ao impedimento de valorização digna da arte produzida. Em Realengo, somente na rede do Parquinho Verde, são mais de 10 espaços, ações e iniciativas que envolvem diversos artistas, produtores, agitadores e incentivadores culturais de Realengo e arredores, agentes de cultura que se auto-organizam e fortalecem suas redes através da mobilização popular em prol de diversas lutas, entre elas, a implementação do Parque Realengo Verde.

Na ocasião do 1º Curso de Políticas Públicas de Realengo, foi realizada uma coleta de dados com os 42 participantes, que resultou em um mapa expositivo de espaços, ações e iniciativas de Realengo. Apesar de ainda haver quem diga que não existe nada em Realengo, estamos confrontando esse absurdo. Por aqui, as ruas estão encantadas pelas saídas de bate bola, os festivais de pipa, os sambas e as apresentações musicais vinculadas às igrejas ou às escolas. Se Realengo não tem

nada, como tanto pinta a mídia, como pode a gente conseguir construir um imaginário com mais de 40 contribuições?

Figura 13 – Mapa de espaços, ações e iniciativas na RA Realengo



Fonte: Agenda Realengo 2030, 2022, p. 42-43.

Uma característica marcante ao se falar da movimentação em torno da Ocupação Parquinho Verde, em Realengo, é que em 2021 os mais de 12 coletivos que assinavam a campanha do Festival Avante Parquinho Verde eram articulados por fazedores culturais. Destes, a maioria atuava em áreas públicas. Ao observarmos as ocupações e atividades em equipamentos culturais como Lona Cultural Gilberto Gil, Espaço Cultural Arlindo Cruz, Grêmio Esportivo Estudantes de Realengo, Teatro do Colégio Pedro II e Teatro da Universidade Castelo Branco, locais oficiais mapeados pela Agenda Realengo 2030 como polos culturais, constatamos que é a rua o espaço com maior número de ações culturais.

Uma dessas ações de rua em Realengo, inclusive premiada com a medalha de Ordem do Mérito Cultural Carioca, é o Espaço Cultural Viaduto de Realengo. Nascido na rua, em 2013, embaixo do Viaduto Jornalista Aloysio Filho, o espaço modificou as estatísticas ao redor daquele perímetro, levantando a discussão sobre

rua e liberdade de expressão em eventos como a roda de rima Sagrada Terça-feira Rap.

Figura 14 – Sagrada Terça-feira Rap no Espaço Cultural Viaduto de Realengo, 2015



Fonte: Acervo Oberdan Mendonça.

Destacamos também os coletivos Maria Realenga e Sarau do Calango, que após a tragédia na Escola Tasso da Silveira em 2011, vêm disputando narrativas através de seus saraus, se posicionando contra o discurso que coloca Realengo na mídia somente no estereótipo de lugar longe, violento e trágico.

Figura 15 – Sarau Maria Realenga, Restaurante Bom Petisco, 2015



Fonte: Acervo Sidney Oliveira.

Figura 16 – Sarau do Calango 55 (Primavera nos Dentes), Banda Larva Serrote, 2023



Fonte: Acervo Rogê Ferreira.

A participação desses projetos no Movimento 100% Parque Realengo Verde e na Ocupação Parquinho Verde sinalizam a compreensão coletiva da importância da reivindicação do uso do solo que pisamos para fins ecológicos e de lazer; não um ou outro, mas sim os dois juntos. É necessário ampliar a lente sobre o campo de disputa dos movimentos sociais que, historicamente, advogam por direito à cidade como meio de produção de autonomia, para entender a cultura como aliada nessa ação política. Somente abordando direito à cidade em paralelo com direito à cultura e com direito a um modo de vida saudável é que poderemos pensar um horizonte que seja transversalizado por *sankofa*, aprendendo com o passado para construir um futuro.

O atravessamento entre futuro e cultura, como já trabalhado por Santos (2006), perpassa o entendimento de que o que é construído no local pode e deve interferir no global, já que o mundo, nessa perspectiva, é tudo aquilo que é caminho que ainda pode ser trilhado, fora dos estigmas e preconceitos estabelecidos na sociedade moderna. Ele afirma que:

A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e o seu meio, mas seu alcance é o mundo. Essa busca de caminhos é, também, visão iluminada do futuro e não apenas prisão em um presente subalternizado pela lógica instrumental ou aprisionado num cotidiano vivido como preconceito (Santos, 2006, p. 222).

Pensar em agendas para o futuro e propor ações concretas no presente são formas de pleitear novos tipos de convivência que produzam uma nova forma de pensar as cidades, incluindo a periferia na centralidade do debate, com seus desafios e tensões encarados de frente e não jogados para debaixo de tapetes.

Na escolha dos eixos da Agenda Realengo 2030 e no detalhamento de propostas consideramos os atravessamentos que a luta pelo Parque Realengo Verde nos apresentou e tentamos, de forma pública, reunir pessoas, ideias e ideais para ampliar oportunidades de emprego, estudo e moradia aplicando as justiça de gênero, de raça, climática e econômica. Nossa busca é por uma melhor qualidade de vida no bairro, na RA e na zona oeste como um todo. Construímos, nos últimos dois anos, a Agenda Realengo 2030 através de uma metodologia coletiva e compartilhada, em que podemos destacar os seguintes passos (Agenda, 2022):

- Produção do evento “Lata Ocupa”, em 2019, proposto pelo Ponto de Cultura Lata Doida com o apoio da Casa Fluminense, para revitalizar um espaço urbano ocioso. Esse espaço, somando esforços de diversos outros colaboradores, se transformou no que hoje conhecemos como Ocupação Parquinho Verde;
- Mobilização popular via financiamento coletivo por meio da plataforma Benfeitoria, pelo programa Bossa Nossa, com mais de 257 benfeitores, para seguir revitalizando o Parquinho Verde e promover o Festival Avante Parquinho Verde;
- Realização de reuniões online semanais e encontros presenciais desde 2020. Recebemos representantes do poder público para firmar nossa posição em relação à implementação do Parque Realengo Verde em 100% do terreno disponível;
- Formação de 32 alunos pelo Curso de Políticas Públicas de Realengo, com o apoio da Casa Fluminense e do Instituto Clima e Sociedade, e em parceria com o Lata Doida e o IFRJ. Desse total, 56% moram em Realengo, 41%, em outros bairros – em geral dentro da AP5; 56% se declararam pretos ou pardos e 44%, brancos; 63% são mulheres (trans e cis) e 28%, homens (trans e cis);
- Divisão em grupos de trabalho temáticos de participação aberta ao público, que, por fim, se tornaram cada um dos eixos aqui propostos. E a validação, em reuniões abertas, de cada uma das etapas de construção da Agenda;
- Pré-lançamento do nosso livreto físico no Fórum Rio 2022, evento anual da Casa Fluminense.

A micropolítica, a ação local, não está desconectada do contexto global de emergência climática. Em um mundo onde o cenário é *real time* (tempo real), a efetividade de ações não são somente *just in time*, elas precisam ser *just in place*, que é como observamos o caso da Ocupação Parquinho Verde; é no território que a virada cultural acontece. Como diz Santos (2006, p. 149), a “produtividade das ações e dos lugares também está ligada [...] à possibilidade de empreender uma ação imediata, o que consagra na prática o princípio do tempo real. É, aliás, a possibilidade de ação imediata que gera a possibilidade da ação global”.

A utilização de práticas culturais como forma de impulsionar nossa conexão com o meio ambiente e refletir sobre práticas sustentáveis diante da crise ambiental não é algo da atualidade, muito menos do urbano. A ancestralidade já dialogava em roda sobre seus caminhos e fortalecia suas identidades através de pinturas, cantigas e ações cotidianas de fortalecimento do pertencimento, dentro da floresta, já em disputa. Conscientes disso, em 2022, surge o movimento de coleta de assinaturas para implementar projeto de lei de iniciativa popular Amazônia de Pé, através da articulação da organização NOSSAS<sup>16</sup>, para proteger as florestas públicas da Amazônia e quem mais sabe como protegê-la: povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos extrativistas e unidades de conservação.

A campanha Amazônia de Pé também se propõe a criar campanhas de apoio aos direitos dos povos da Amazônia e disputar essa narrativa com conteúdos educativos, compartilhados em rodas e em eventos culturais. Nela, o Festival Amazônia de Pé, realizado em diversas partes do país, reúne pessoas envolvidas com o tema e outras com curiosidade para trocar sobre nossa responsabilidade coletiva, não só em relação à Amazônia, mas também considerando todos os biomas, fauna e flora que nos cercam e estão sob constante risco.

O Meu Rio, organização pertencente à rede NOSSAS, foi quem sediou o site<sup>17</sup> e colaborou com a condução do *advocacy* (defesa e incidência) pelo Parque Realengo Verde, desde o período em que se exigiam assembleias transparentes, em 2016, até o início das obras, em dezembro de 2022. Em 2023, mais uma vez foram parceiros quando o início das obras foi marcado por remoções e falta de responsabilidade social.

Hoje, enquanto a obra do parque acontece em paralelo à obra do condomínio, é essa campanha do começo do ano que segue no ar pelo site. Uma campanha que pede respeito, além de obras e entregas; que exige que se pense em roda, dentro do parque, mesmo que em disputa, sobre como ter uma perspectiva mais coletiva e respeitosa sobre esse processo que é resultado de uma luta coletiva. O descaso está no óbvio e nos detalhes, já que o parque foi intitulado Parque Susana Napolini, em homenagem a repórter da emissora Rede Globo que nos deixou em outubro de 2022; apesar de ela não ter uma conexão profunda com o bairro Realengo, sempre foi comprometida com periferias no geral por conta de seu trabalho sensível no telejornal.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://nossas.org/>>. Acesso em: 25 set. 2023.

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://parquerealengoverde.meurio.org.br/>>. Acesso em: 25 set. 2023.

Nosso ponto é que, cinquenta anos depois, valia a pena se pensar em um nome que carregasse o simbolismo dessa luta, com quem lutou por esse parque, não valia?

Ao longo do ano de 2023, a Agenda Realengo 2030, como coletivo e trabalho voluntário, se dedica a refletir sobre como garantir a participação social na micro e na macro escala. Para isso, leva as 30 propostas de políticas públicas que existem na publicação para diálogos com moradores, secretarias, outros territórios com questões similares e também espaços de diálogo sobre política climática, como os Diálogos Amazônicos e a COP 27. Falar de Agenda 2030 de forma territorializada é imprescindível para conseguirmos pensar uma adaptação climática que seja real e inclusiva. O enfrentamento da crise climática é também um enfrentamento da ideia de que o problema é sempre do outro. Não é a sua casa alagada, a sua cidade sem luz, o seu lixo sem direcionamento adequado, a comida sem chegar até a sua mesa... ainda.

Na perspectiva da Justiça Climática, o Mapa da Desigualdade sinaliza que:

Os danos causados por eventos relacionados às chuvas são um dos destaques no capítulo de Justiça Climática. Mesmo com uma subnotificação, se identificou que mais de 2 milhões de pessoas foram afetadas diretamente no estado nos últimos dois anos. Foi visto que o racismo ambiental se faz presente na educação, pois existem pelo menos 76 escolas públicas na região metropolitana sem água, esgoto, energia elétrica e/ou alimentação para os alunos. Por fim, a falta de áreas verdes em alguns municípios da metrópole também chamou a atenção, principalmente na Baixada Fluminense. As análises apresentadas no Mapa da Desigualdade dão visibilidade para a realidade desigual da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. É a partir do monitoramento sistemático dos indicadores socioeconômicos, que é possível a criação e/ou a reformulação de políticas públicas capazes de reduzir as desigualdades aqui expostas (Casa Fluminense, 2023b, p. 66).

É com essa narrativa, no objetivo de fortalecer o enfrentamento às desigualdades, que pautamos uma virada de percepção, que acaba por se chamar virada cultural, baseada nos dados, e que seja implementada como aliada em relação ao combate dos impactos da mudança do clima nas periferias. A juventude, assim como eu, que ainda tenho 24 anos, tem um papel inerente de compartilhar o sonho e a luta com a premissa de *sankofa*: olhando para o passado para olhar para o futuro, isto é, pensando que planeta é esse que queremos viver e que planeta é esse que a gente vive e viveu.

Essas reflexões podem sim, ser feitas e ampliadas através das narrativas científicas, acadêmicas, jornalísticas e ademais. Contudo, a exemplo da Ocupação

Parquinho Verde de Realengo – e todas as demais lutas presentes no território da metrópole do Rio de Janeiro –, é a cultura a nossa forma de engajar, mobilizar e encarar o jogo das identidades, identificado por Hall (2006), criando a nossa própria forma de recontar nossas pautas. Afinal, como diz Simas (2023), a gente não faz festa, arte e cultura porque está tudo bem. Fazemos justamente porque tem muita coisa para mudar! E para mudar, somente com *sankofa* guiando os caminhos, somente retornando, olhando para trás, buscando o que é nosso por direito e aí sim, seguindo em frente rumo a um fazer cultural que seja aliado na garantia por uma verdadeira justiça climática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cientes do tamanho da empreitada junto à Ocupação Parquinho Verde e da visibilidade que ela ganhou de 2019 até aqui, reforço o pleito de que ocorra uma escuta ativa dos desejos da população para o bairro. É necessário considerar que já existia uma proposta conceitual para o Parque Realengo Verde, criada durante o processo da campanha de financiamento coletivo do Festival Avante Parquinho Verde, que consiste em um parque urbano, sustentável, inclusivo, público, predominantemente arborizado, na periferia e para a periferia, gerido com a participação popular, atento às especificidades e principais demandas locais, alinhadas às agendas socioambientais globais.

A população, agente primordial no processo democrático, frequentemente termina por aparecer em último plano nas decisões sobre a cidade, e o que estamos pensando aqui é como inverter esse processo, como garantir verdadeira participação social nas políticas públicas territoriais e como pode a cultura ser aliada desse processo de forma efetiva. A resposta que encontro para isso é a reflexão de que é necessário entender e assumir a cultura como aliada no enfrentamento à crise climática e às desigualdades, institucionalmente, fomentando espaços que possam trazer essa pauta de forma interseccional, assim como o Parquinho Verde trouxe. Dessa forma, a virada cultural necessária para gerar uma corrente de responsabilidade ambiental pode ser encaminhada.

A crise é urgente, e a corda arrebenta de forma mais grave no sul global, arrebatando as nossas periferias em enchentes, ar impróprio, microplástico na água e insegurança alimentar, só trazendo alguns exemplos. Não vai existir justiça se não usarmos a cultura e a comunicação como aliadas de mobilização, a exemplo da Ocupação Parquinho Verde e do Movimento 100% Parque Realengo Verde, que

tanto ensinaram a Agenda Realengo 2030; através dela, impulsionamos georreferenciamento narrativo de nós por nós, como tecnologia verde e social, não só pelo Parque, mas pela possibilidade de sonhar uma Realengo diferente, justa e verde.

O clima é da ousadia de querer justiça e uma vida digna. De querer viver. É da insistência em não deixar que desrespeitem a história, memória e patrimônio de nossos territórios. É das ocupações em espaços públicos e privados e principalmente dos espaços de decisão e de financiamento. É do compartilhamento da tecnologia mais milenar e ancestral que conhecemos: a capacidade de sonhar. É da utilização da cultura, dos símbolos e dos sonhos para seguir compreendendo que nada é estático, tudo pode e deve mudar, em direção a caminhos mais democráticos e inclusivos, respeitando a diversidade de quem somos e os direitos do planeta que nos abriga.

## REFERÊNCIAS

AGENDA Realengo 2030: agenda de desenvolvimento local. [Rio de Janeiro]: Associação Casa Fluminense; Instituto Clima e Sociedade, 2022.

BENFEITORIA. **Festival Avante Parquinho Verde!**. Disponível em: <<https://benfeitoria.com/projeto/avanteparquinhoverde>>. Acesso em: 23 set. 2023.

BERNARDO, André. Massacre de Realengo: os 10 anos do ataque a escola que deixou 12 mortos e chocou o Brasil. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 6 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56657419>>. Acesso em: 13 set. 2023.

BISPO, Antônio. **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015. p. 98.

CARIOCAS enfrentam longas filas no CRAS de Realengo para atendimentos no CadÚnico. **O Dia**, Rio de Janeiro, 13 set. 2022. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/economia/2022/09/6484410-cariocas-enfrentam-longas-filas-no-cras-de-realengo-para-atendimentos-no-cadunico.html>>. Acesso em: 14 out. 2023.

CARROS são arrastados por enchente em Realengo e destroem muros de casas. **Extra**, Rio de Janeiro, 1 mar. 2020. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/carros-sao-arrastados-por-enchente-em-realengo-destroem-muros-de-casas-24280363.html>>. Acesso em: 14 out. 2023.

CASA FLUMINENSE. **Guia para justiça climática**: tecnologias sociais e ancestrais de enfrentamento ao racismo ambiental na região metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2023a. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/guia-justica-climatica/>>. Acesso em: 6 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **Mapa da Desigualdade**: região metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2023b. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>>. Acesso em: 6 out. 2023.

COP 27 termina com novo fundo contra danos climáticos, mas sem novas metas de redução de fases estufa. **g1**, [S. l.], 20 nov. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-27/noticia/2022/11/20/cop-27-termina-com-novo-fundo-contradanos-climaticos-mas-sem-novas-metas-de-reducao-de-gases-estufa.ghtml>>. Acesso em: 2 out. 2023.

CRUZ, Claudia *et al.* (coord.). **Agenda Rio 2030**: propostas por justiça econômica, racial, de gênero e climática. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2022. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/agenda-rio-2030/>>. Acesso em: 30 set. 2023.

EMICIDA. Principia. *In*: **AmarElo**. São Paulo: Sony Music; Laboratório Fantasma, 2019.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FHE POUPEX. **POUPEX digital**. Brasília, DF: POUPEX, [S. d.]. Disponível em: <<http://www.poupex.com.br/geren/empreendimento/residencial-realengo-verde/>>. Acesso em: 02 out. 2023.

GIL, Gilberto. Aquele abraço. *In*: **Gilberto Gil**: cérebro eletrônico. Rio de Janeiro: Phillips Records, 1969.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INCÊNDIO atinge Clínica da Família em Realengo. **g1**, Rio de Janeiro, 20 mar. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/03/20/incendio-atinge-clinica-da-familia-em-realengo.ghtml>>. Acesso em: 14 out. 2023.

KARENKA, Maulana. A função e o futuro dos estudos Africanos: reflexões críticas sobre sua missão, seu significado e sua metodologia. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira, v. 4).

KRENAK, Ailton. **O futuro é ancestral**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 66.

LOUBACK, Andréia Coutinho; LIMA, Letícia Maria R. T. (org.). **Quem precisa de justiça climática no Brasil?** [S. l.]: Gênero e Clima; Observatório do Clima, 2022. Disponível em: <[https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/08/Quem\\_precisa\\_de\\_justica\\_climatica-DIGITAL.pdf](https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/08/Quem_precisa_de_justica_climatica-DIGITAL.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2023.

MANSUR, André Luis. **O velho oeste carioca**: mais histórias da ocupação da zona oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI ao XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2011. 106 p. 2 v.

MATOS, Flora. Chá de maçã. *In*: **Flora de controle**. 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**: revista do PPGAV/EBA/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 27 set. 2023.

MEU RIO. **Parque Realengo Verde**. [Rio de Janeiro]: Meu Rio, [S. d.]. Disponível em: <<https://parquerealengoverde.meurio.org.br/>>. Acesso em 25 set. 2023.

MOMBAÇA, Jota. **Ñ V nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021. p. 13-14.

NOSSAS. [S. l.], [S. d.]. Disponível em: <<http://nossas.org/>>. Acesso em 25 set. 2023.

OLIVEIRA, Marcele. Habitar para além do morar. *In*: CASA FLUMINENSE. **Relatório de Monitoramento da Agenda Rio 2030**. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2022. p. 22.

ONU – Organização das Nações Unidas. **História da ONU**. [Brasília]: ONU, 2023a. Disponível em: <<https://unric.org/pt/historia-da-onu/>>. Acesso em: 2 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **Objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil**. Brasília: ONU, 2023b. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 2 out. 2023.

PARQUINHO VERDE. **Festival Avante Parquinho Verde**. Rio de Janeiro, 21 mar. 2021. Facebook. Parquinho Verde @ParquinhoVerde. Disponível em:

<<http://www.facebook.com/parquinhoverde/videos/555654158729525>>. Acesso em 1 out. 2023.

PEIXOTO, Roberto. IPCC: ações urgentes contra mudanças climáticas ainda podem garantir 'futuro habitável' na Terra. **g1**, [S. l.], 20 mar. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/03/20/ipcc-acoes-urgentes-contramudancas-climaticas-ainda-podem-garantir-futuro-habitavel-na-terra.ghtml>>. Acesso em: 28 set. 2023.

PINA, Max Lânio Martins; HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. **Élisée Revista de Geografia da UEG**, Anápolis, v. 4, n. 1, p. 213-218, jan./jul. 2015. Resenha. Disponível em: <[https://www.academia.edu/23159309/HALL\\_Stuart\\_A\\_identidade\\_cultural\\_na\\_p%C3%B3s\\_modernidade](https://www.academia.edu/23159309/HALL_Stuart_A_identidade_cultural_na_p%C3%B3s_modernidade)>. Acesso em: 3 set. 2023.

REGUEIRA, Chico. Desmatamento no Parque da Pedra Branca pode ter agravado enchente em Realengo, diz especialista. **g1**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/03/desmatamento-no-parque-da-pedra-branca-pode-ter-agravado-enchente-em-realengo-diz-especialista.ghtml>>. Acesso em: 4 out. 2023.

RIO de Janeiro conquista "Parque 100% Realengo Verde". **Visão Socioambiental**, [S. l.], [S. d.]. Disponível em: <<https://visaosocioambiental.com.br/rio-de-janeiro-conquista-parque-100-realengo-verde/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

SANCHES, Ana; BELMONT, Mariana (ed.). **Diálogos socioambientais: racismo ambiental**, [S. l.], v. 6, n. 17, jul. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais>>. Acesso em: 14 out. 2023.

SAKATA, Francine Gramacho; GONÇALVES, Fabio Mariz. Um novo conceito para parque urbano no Brasil do século XXI. **Paisagem e Ambiente**, [S. l.], v. 30, n. 43, p. e155785, 2019. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.paam.2019.155785. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/155785>>. Acesso em: 2 out. 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SIMAS, Luiz Antônio. **O corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 132.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

WWF – Fundo Mundial para a Natureza. **Solucionar a poluição plástica: transparência e responsabilização**. Gland, Suíça: WWF, 2019. Disponível em: <<https://t.ly/P7L6h>>. Acesso em: 9 set. 2023.